



Pelo (re)conhecimento da Ergolinguística

Ludmila Mota de F. Porto¹ (UFPE)

Resumo:

Este trabalho objetiva situar a Ergolinguística, disciplina incorporada em 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. A Ergolinguística estuda a relação entre linguagem e trabalho, a partir dos aportes teórico-metodológicos da Linguística, da Ergonomia e da Ergologia, considerando-se o trabalho como uma atividade humana situada e o sujeito de linguagem como uma parte essencial dela. Assim, a Ergolinguística tem contribuído para a reflexão sobre o trabalho a partir da linguagem, que é reveladora dos problemas imediatos das situações de trabalho, bem como de sua organização, assumindo um lugar privilegiado na compreensão das ações dos profissionais e dos sentidos que eles produzem e mobilizam na esfera da atividade.

Palavras-chave: Ergolinguística, linguagem, trabalho.

Abstract:

This paper aims to situate the epistemology of the Ergolinguistics, a discipline that emerged in 2007, in the Post-Graduation Programme of Letras at UFPE. Ergolinguistics studies the relation between language and work, based on the theoretic and methodological approach of Linguistics, Ergonomics and Ergology, which considers work as a situated human activity as well as is interested in the speaker. Thus, Ergolinguistics has been contributed for the reflection on work through language, which reveals the immediate problems of work situations and organization, occupying a favored place for the comprehension of the professional's actions and of the meanings they produce and mobilize in the sphere of activity.

Keywords: Ergolinguistics, language, work.

Introdução

No primeiro semestre de 2008, por ocasião de uma reforma curricular e de linhas de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, foi aprovada a incorporação da disciplina de Ergolinguística à grade curricular, cujas discussões se pautam na relação entre linguagem e trabalho, abordada com base no aporte teórico e metodológico construído a partir da confluência entre a Teoria/Análise Dialógica do Discurso, a Ergonomia e a Ergologia, dentro da linha de pesquisa intitulada “Linguagem, sociedade e trabalho”.

Ainda no segundo semestre daquele ano, a disciplina foi ministrada pela primeira vez na Pós-Graduação, pela Prof^{ca}. Dr^c. Maria Cristina Hennes Sampaio, suscitando o desenvolvimento de dois trabalhos de dissertação de mestrado na área: “Análise dialógico-discursiva da atividade dos cuidadores de idosos em instituições geriátricas do Recife” (PORTO, 2010) e “Software: esboço de um estudo para as ciências da linguagem” (SOUZA, 2010)¹.

Mas, o interesse pelo estudo da relação entre linguagem e trabalho é mais antigo. Na França, a temática ganhou força, sobretudo, com os estudos de Clot e Faïta (1997) e Faïta (2002, 2005), preocupados em compreender a complexidade do trabalho pelo viés da Ergologia (SCHWARTZ, 1999; 2000), que surgiu como disciplina nos anos 1970, interessada em uma análise pluridisciplinar do trabalho, visto como uma atividade humana em situação real.

Em 1995, foi organizado o I Colóquio Franco-Brasileiro sobre Linguagem e Trabalho, no Rio de Janeiro, cujos artigos foram reunidos na coletânea “Linguagem & Trabalho” (DUARTE; FEITOSA, 1998). Em 1997, pesquisadores interessados na temática criaram um projeto de cooperação entre o Brasil e a França e o grupo de pesquisa ATELIER Linguagem e Trabalho (CNPQ), liderado por Souza-e-Silva, envolvendo a PUC-SP, PUC-Rio a UFRJ, entre outras; a Université de Provence-Aix-Marseille e a Université de Rouen. Alguns dos resultados dessa cooperação foram publicados no livro “Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França” (SOUZA-E-SILVA; FAÏTA, 2002).

¹ Os títulos são os das dissertações defendidas em 2010.

Onze anos depois, a criação da disciplina de Ergolinguística não apenas chama a atenção dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros para a importância do desenvolvimento de análises do trabalho com base na Teoria/Análise Dialógica do Discurso, pautada no legado deixado por Bakhtin e o Círculo, mas também para a necessidade de dar continuidade ao interesse pelo estudo das atividades de simbolização que o âmbito do trabalho faz emergir cada vez mais (SOUZA-E-SILVA; FAÏTA, 2002).

Não obstante, a disciplina é pouco conhecida ou reconhecida, inclusive dentro da própria Linguística, fato que incita a necessidade de melhor delineá-la. Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de situar a Ergolinguística, no que concerne ao lugar que ocupa na Linguística, e apresentar as teorias e métodos adotados pela disciplina, apresentando um pouco do trabalho desenvolvido na área (PORTO, 2010).

1 – Situando a discussão sobre linguagem e trabalho

O interesse pelo estudo da linguagem no âmbito do trabalho ganhou força, no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990. O ergonomista Alain Wisner - integrante do Laboratório de Ergonomia do Conservatoire National des Arts ET Métiers (CNAM) - e Mário César Vidal, Doutor em Ergonomia pela UFRJ, tiveram a ideia de organizar o I Colóquio Franco-Brasileiro sobre Linguagem e Trabalho, realizado pela UFRJ e pela PUC-Rio, em 1995. Após três anos, foi publicado o primeiro livro com o título de "Linguagem e Trabalho" (DUARTE; FEITOSA, 1998), uma compilação dos artigos provenientes das discussões travadas no Colóquio, de que participaram ergonomistas, linguistas, comunicólogos, engenheiros etc.

Devido à natureza diversificada de temas abordados no Colóquio, concernentes à linguagem e trabalho, e às diversas áreas dos pesquisadores, não seria possível, naquele momento, pensar no surgimento de uma nova disciplina na Linguística que abordasse o trabalho, pelo viés da linguagem. Além disso, não havia um objeto de estudo delimitado, tampouco uma metodologia de análise. Preocupada com questões epistemológicas, Ferreira (1998, p.82-91), por exemplo, dedicou-se à explicitação do método de pesquisa denominado "Análise Coletiva do Trabalho", através do qual o trabalhador descreve sua atividade cotidiana na presença de pesquisadores e de outros trabalhadores; já Decortis e Pavard (1998, p.51-81) refletiram sobre os princípios de abordagem de linguagem e

trabalho, traçando um paralelo entre os conceitos de “comunicação” e “cooperação”, da teoria dos atos de fala à etnometodologia. Mas, de que forma se estabeleceu a relação intrínseca entre linguagem e trabalho, a qual resultou na criação da Ergolinguística?

Dos linguistas que participaram daquele Colóquio, destaca-se o nome de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, da PUC-SP, que estudou com afinco a relação entre linguagem e trabalho e, na área da Linguística Aplicada, tornou-se responsável por impulsionar o diálogo entre o grupo conduzido por Faïta, na França, e os demais pesquisadores brasileiros interessados na temática. É a partir do legado deixado por esses pesquisadores franceses e brasileiros, em sua maioria, que são desenvolvidos estudos, atualmente, no âmbito da Ergolinguística, de forma que, para situá-la, é necessário primeiramente retomar o percurso da Linguística Aplicada, que abriu espaço para outros espaços institucionais, que não somente a escola, e, assim, passou a se interessar pelo trabalho.

1.2 Da Aplicação da Linguística à Ergolinguística

Em interessante retrospectiva histórica sobre a Linguística Aplicada, Moita Lopes (2009) subdivide essa disciplina em quatro momentos: a Linguística Aplicada como aplicação de Linguística; da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada; Linguística Aplicada em contextos institucionais diferentes de escolares; Linguística Aplicada Indisciplinar. Trata-se de uma subdivisão que permite visualizar as quatro principais tendências da Linguística Aplicada desde o seu surgimento, em 1940, até os dias atuais, embora seja importante ressaltar que continuam sendo desenvolvidos trabalhos dentro de todas essas tendências.

Nos anos 1940, o interesse inicial dos estudos em Linguística Aplicada era o ensino/aprendizagem de línguas², “constituindo-se como o estudo científico do ensino de línguas estrangeiras” (MOITA LOPES, 2009, p.12). Nesse primeiro momento da Linguística Aplicada, os estudos procuravam aplicar o conhecimento teórico da Linguística (sobretudo estruturalista) ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras (principalmente o inglês),

² São várias as publicações na área com esse enfoque, com destaque para a série de livros *The Edinburg Course in Applied Linguistics* (ALLEN; CORDER, 1973, 1974, 1975). Para mais detalhes, consultar Moita Lopes (2009).

conforme é possível perceber a partir do sumário do livro de Allen e Corder (1973), assim comentado por Moita Lopes:

Como se pode ver, a primeira parte do livro de Corder dá conta de teorização linguística; a segunda focaliza a aplicação ao ensino e aponta a descrição linguística como aplicação primária de teoria linguística [...] e, a terceira, as técnicas para fazer LA ao ensino de línguas: a seleção do que vai entrar no programa e no material de ensino e, a seguir, como tais itens selecionados são organizados no ensino: a estrutura do programa, a gramática pedagógica e a avaliação do processo de ensino (MOITA LOPES, 2009, p.14).

Na década de 1960, a Linguística Aplicada ampliou seu foco para as questões relativas à tradução e, nos anos 1980, foi influenciada pelo gerativismo de Chomsky, de forma que se desenvolveram alguns trabalhos³ que objetivavam aplicar o modelo gerativo-transformacional ao ensino/aprendizagem de línguas.

Mas, na década de 1970, Widdowson chamou a atenção dos pesquisadores em Linguística Aplicada, para a urgência da constituição independente da disciplina: “a Linguística Aplicada só pode ser uma área autônoma de investigação na medida em que se livrar da hegemonia da linguística e negar as conotações de seu próprio nome” (WIDDOWSON, 1979, p.235 *apud* MOITA LOPES, 2009, p.15). Na verdade, para Widdowson, a Linguística Aplicada se constituía como uma área mediadora entre a teoria linguística e o ensino de línguas, “reconhecendo ainda que os tipos de conhecimentos que podem ser relevantes para a investigação dos processos de ensino de línguas necessitam ir além daqueles formulados pela Linguística”. Nesse sentido, Widdowson reconhecia a complexidade do estudo dos fenômenos que envolviam o ensino/aprendizagem de línguas, uma complexidade que não poderia ser abordada de uma única perspectiva, ao mesmo tempo em que propunha a autonomia da Linguística Aplicada, como uma disciplina que iria muito além da aplicação de teorias da Linguística ao ensino/aprendizagem de línguas (MOITA LOPES, 2009, p.16).

A Linguística Aplicada, então, constitui-se como disciplina e ampliou seus interesses, passando a abarcar, além do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e da tradução, discussões sobre língua materna, destacando-se a contribuição de estudos no Brasil sobre

³ Entre eles, um artigo do próprio Moita Lopes, intitulado “O ensino de línguas estrangeiras: considerações baseadas no modelo gerativo-transformacional” (1979). Para mais detalhes, consultar Moita Lopes (2009).

os letramentos (KLEIMAN, 1995). Além disso, a Linguística Aplicada ultrapassou o âmbito da escola, para dar conta de outras instituições, como as empresas, os hospitais, a mídia etc., nas quais a linguagem tem papel constitutivo e ocupa lugar central na compreensão das relações sociais que ali se desenvolvem, bem como na resolução de problemas institucionais:

Ao compreender a linguagem como constitutiva da vida institucional, a LA passa a ser formulada como uma área centrada na resolução de problemas da prática de uso da linguagem dentro e fora da sala de aula, ou seja, 'a preocupação é com problemas de uso da linguagem situados na práxis humana', para além da sala de aula de línguas. O que se torna capital é a natureza situada da ação e o estudo dos atores sociais nesta perspectiva agindo por meio da linguagem (MOITA LOPES, 2009, p.18).

A partir da década de 1990, a Linguística Aplicada passou a se dedicar também ao estudo do trabalho institucionalizado, constituindo-se como um importante caminho teórico e prático para resolução de problemas do trabalho, através da linguagem. Em sessenta anos de Linguística Aplicada, portanto, o foco dessa disciplina foi estabelecido de diversas maneiras, desde o ensino/aprendizagem de línguas ao interesse pela linguagem em outros ambientes institucionais.

Atualmente, Moita Lopes (2009) defende que a Linguística Aplicada seja uma disciplina das Ciências Sociais, pois pretende dar respostas às inquietações do mundo pós-moderno e hiperssemiotizado, onde a linguagem assume papel essencial na compreensão das práticas sociais vivenciadas. Nesse sentido, é crucial que a Linguística Aplicada abra seu espaço para a contribuição de outras disciplinas, como a Sociologia, a Filosofia etc., como uma forma de descentralizar o poder da Linguística sobre os estudos da linguagem; dessa maneira, a Linguística Aplicada é indisciplinar:

Tanto no sentido de que reconhece a necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além dos paradigmas consagrados [...] Essa LA que entendo como 'um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central'. [...] Uma LA que, talvez, seja mais bem entendida como transdisciplinar, no sentido de que deseja atravessar fronteiras disciplinares, continuamente se transformando (MOITA LOPES, 2009, p.19).

Ora, se para Moita Lopes (2009), a Linguística Aplicada Indisciplinar é a principal tendência da LA contemporânea, como explicar os estudos sobre linguagem e trabalho na atualidade? De duas maneiras: em primeiro lugar, embora Moita Lopes (2009) aponte para a indisciplinaridade da atual LA, ele mesmo assume que esse é um ponto de vista, e não um cânone, afinal a LA continua estudando o ensino/aprendizagem de línguas, os letramentos etc.; por outro lado, os estudos sobre linguagem e trabalho tomaram uma proporção relevante na França e no Brasil, de forma que foram desenvolvidos e aplicados métodos de coleta e análise de dados, pautados na Teoria/Análise Dialógica do Discurso, culminando no surgimento de uma nova disciplina: a Ergolinguística.

Assim, pode-se afirmar que a Ergolinguística é uma disciplina independente da LA, no sentido de que se dedica ao estudo da relação entre linguagem e trabalho, mas busca uma coesão entre as teorias e os métodos que adota. A Ergolinguística compreende o trabalho e a linguagem como atividades situadas, e a relação entre essas atividades é abordada através de métodos de coleta e análise de dados, entre os quais se destacam o método dialógico-discursivo, uma forma de conhecimento de sujeitos sociais via discurso (SAMPAIO, 2006), e os métodos de autoconfrontação, que colocam os trabalhadores diante si mesmos na atividade, estimulando-os à reflexão sobre a própria atividade (CLOT; FAÏTA, 1997), conforme será detalhado mais adiante.

2 – Ergolinguística: uma disciplina com teoria e métodos próprios

“Afinal, o que é Ergolinguística?”. Diante dessa pergunta, bastante recorrente, é comum apressar-se em dizer que a Ergolinguística é uma disciplina da Linguística que estuda o trabalho através da linguagem. Mas, é preciso melhor delinear de que maneira a Ergolinguística faz isso, a fim de não confundir sua abordagem com a abordagem do trabalho pelo viés de outras disciplinas, como é o caso da Sociolinguística, ou da Linguística Aplicada.

O prefixo grego *ergo* significa atividade, ação, trabalho, e a Linguística é a ciência da linguagem. A Ergolinguística, então, por assim dizer, é uma linguística do trabalho, visto como uma atividade complexa e situada. A constituição da Ergolinguística, como o próprio nome denota, dá-se pela ligação entre os estudos linguísticos e os estudos de outra disciplina, a Ergologia, que, por sua vez, retoma a Ergonomia. Dessa maneira, a

Ergolinguística é de natureza transdisciplinar, uma vez que seu aporte teórico se constroi na confluência entre a Ergonomia, a Ergologia e a Linguística. Contudo, isso não significa que se trata apenas da justaposição de três disciplinas, cada uma trabalhando à sua maneira, pois, se assim fosse, não haveria sentido em se falar de uma Ergolinguística. Na verdade, parte-se da contribuição de cada um desses campos de conhecimento, a fim de tentar abarcar a complexidade do trabalho. Para melhor compreender de que maneira se dá essa confluência na construção da Ergolinguística, é preciso retomar as contribuições de cada uma dessas disciplinas para sua formação.

2.1 – Ergonomia, Ergologia e Linguística

A Ergonomia é uma disciplina que se estabeleceu formalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para as questões implicadas na adaptação do trabalho às pessoas (TELLES, ALVAREZ, 2004). Em seus primórdios, os estudos desenvolvidos por essa nova disciplina estavam centrados em duas importantes dimensões da atividade laboral: o **trabalho prescrito** e o **trabalho real**, ou seja, a “definição formal das tarefas a executar” e as “dimensões concretas de sua realização” (FAÏTA, 2002, p. 45-46). Não obstante, o interesse despertado por outras áreas do conhecimento possibilitou a instauração de uma nova abordagem do trabalho – a Ergologia – que permitiu uma profunda revisão acerca das postulações teóricas da Ergonomia, dado o seu caráter inter e multidisciplinar (Filosofia, Linguística, Psicologia, Psiquiatria, Economia, Engenharia de produção, Educação etc.).

De acordo com Schwartz (1999), a Ergologia está calcada em um conjunto de normas de produção de conhecimento sobre a atividade humana e, por isso, não tem o estatuto de uma nova disciplina, aos moldes da Sociologia ou da Psicologia. Seu objeto de estudo, a atividade humana em situação real, não possui um vínculo restrito com nenhuma disciplina e clama por um olhar interdisciplinar que tente abarcar a complexidade da constante renormalização das normas antecedentes (o trabalho prescrito, para a Ergonomia) e do patrimônio histórico acumulado sobre a própria atividade. Nesse sentido,

os estudos conduzidos por Schwartz (1997; 1999; 2000) e o seu Grupo de Análise Pluridisciplinar do Trabalho – APST, na Universidade de Provence, França, são sugestivos de que a atividade não se constitui a partir da repetição mecânica, por parte dos trabalhadores, de regras que foram determinadas para serem seguidas estritamente, mas como um espaço que compreende a subjetividade do trabalhador, formas de agir e de falar.

A Ergologia introduziu, pois, nos estudos sobre a atividade humana, a preocupação com o sujeito em toda sua complexidade, isto é, um homem que faz uso de seu corpo, da sua mente, um sujeito que deseja, que se comunica e que faz parte de uma “organização viva do trabalho” (SCHWARTZ, 1997 *apud* FRANÇA, 2004, p. 124). Trata-se de uma abordagem que encara a atividade como uma arena de debates entre “normas heterodeterminadas que antecedem seu andamento e as experiências recriadoras dos sujeitos, as *renormatizações* que se processam em cada gesto e em cada situação” (FRANÇA, 2004, p.124). Assim, o trabalhador é uma figura essencial para a compreensão da atividade, de forma que a atividade deve ser vista a partir da ótica desse sujeito:

O prefixo *ergo* vem de uma palavra grega que significa ‘ação, trabalho, obra’. Aponta para a energia, a vitalidade daquele que trabalha, a ênfase não está no trabalho visto por uma pessoa exterior. Aí está o ângulo sob o qual abordamos o trabalho: colocamo-nos tanto quanto possível do *ponto de vista daquele que trabalha*. Nós nos centramos sobre a relação que a pessoa estabelece com o meio no qual ela está engajada (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 297, grifo do autor).

Contudo, nem sempre o trabalhador teve seu papel reconhecido em sua atividade. No modelo de produção taylorista⁴, preconizava-se a execução das tarefas pelos trabalhadores, no menor tempo possível, e não havia espaço para se abordar questões relativas à subjetividade do trabalhador no seu ambiente de trabalho, já que sua função limitava-se à execução maquinal da tarefa, para aumentar a produção. De acordo com esse modelo, sujeito e linguagem eram minimizados na atividade, pois falar, no ambiente de trabalho, era perder tempo de produção, conforme explica Faïta:

⁴ O Taylorismo, ou a organização científica do trabalho, é um modelo de administração fundado por Frederick Taylor, no final do século XIX, aplicado no operariado fabril da época, com o intuito de racionalizar o trabalho, para aumentar a produção e consequentemente o lucro da empresa. O tempo de execução das tarefas era controlado de forma rígida, daí a necessidade de divisão das tarefas e especialização dos trabalhadores (SOUZA-E-SILVA, 2002).

As práticas languageiras [foram] durante muito tempo reduzidas, principalmente no universo da produção, ao papel de suporte das comunicações finalizadas, orientadas para a apropriação das técnicas, para a compreensão das instruções e para a execução das tarefas [...] (FAÏTA, 2002, p.46).

A Ergonomia contemporânea (DANIELLOU; GARRIGOU, 1995; LACOSTE, 1998; LANGA, 1998) e a Ergologia (SCHWARTZ, 1997; 1999; 2000), interessadas no estudo das atividades de trabalho situadas, admitiram a importância qualitativa da linguagem no trabalho, assim como os aspectos que dizem respeito à subjetividade dos sujeitos envolvidos na realização de suas tarefas. Nesse sentido, a linguagem passou a ser vista como algo mais que um suporte no trabalho, estabelecendo-se como um “elemento essencial na construção da ação e da significação, na afirmação das identidades profissionais, no planejamento, na coordenação, na negociação das atividades e das tomadas de decisão” (FAÏTA, 2002, p.47). A linguagem, pois, seria reveladora dos problemas imediatos das situações de trabalho, assim como de sua organização (FEITOSA, 1998), assumindo um lugar privilegiado na compreensão das ações dos profissionais e dos sentidos que eles produzem e mobilizam na esfera da atividade (FAÏTA, 2002).

Ora, se o binômio Ergonomia-Ergologia admitiu a importância da linguagem no trabalho, era imprescindível buscar uma teoria de linguagem que desse conta da abordagem da atividade. É nesse momento, então, que a Linguística passa a interessar para a abordagem da atividade, uma Linguística não-estrutural, discursiva e dialógica. De fato, apenas uma Linguística não-estrutural permitiria a abordagem da atividade, uma vez que não haveria possibilidade de analisar a atividade se o linguista permanecesse voltado para o estudo da língua e sua estrutura: na análise da atividade, o linguista interage com os trabalhadores, assim como analisa os discursos que circulam na esfera da atividade (FRANÇA, DI FANTI; VIEIRA, 2005).

Dessa maneira, o linguista que analisa a atividade abdica do estudo da estrutura da língua, para se dedicar ao enunciado tal como pensado por Bakhtin (2003, p. 272), isto é, “um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, sempre proferidos por um enunciador, para um ouvinte, de quem se espera uma compreensão ativa e responsiva, porque todo enunciado é essencialmente dialógico. Participam dessa comunicação não apenas os interlocutores, mas todas as vozes sociais que são evocadas

para estruturar os discursos, com as quais os sujeitos dialogam e têm uma ligação ideológica. O analista da atividade coloca-se como um interlocutor ativo do trabalhador, conforme esclarece França:

Em situação de trabalho, o objetivo primeiro do linguista é ocupar um lugar de interlocutor ativo na esfera da comunidade dialógica de pesquisa que se estabelece. No lugar de visar à constituição de um *corpus*, visa a participar o desenvolvimento da história do sujeito no trabalho e, com ele (s), propor textos (FRANÇA, 2004, p.129).

Às práticas languageiras dos profissionais, ou seja, as ações (trabalho) que são executadas, através da linguagem, no âmbito da atividade profissional, são acrescentadas as ações corporais e gestuais incorporadas na atividade (trabalho). Afinal, o trabalhador não é apenas um sujeito que fala, mas que age. Na interseção entre linguagem e trabalho, considera-se toda a complexidade do sujeito, assim como a complexidade do trabalho que ele gere, para a análise da atividade real. É o conceito de atividade, portanto, que proporciona a ligação do trabalhador – que age, pensa e reformula a todo tempo o seu trabalho – com o sujeito que se comunica e que ressignifica suas ações através da linguagem.

Para melhor esclarecer de que maneira o linguista analisa a atividade e se coloca em relação aos trabalhadores, faz-se necessária uma discussão metodológica, a fim de apresentar o método dialógico-discursivo e os métodos de autoconfrontação de coleta e análise de dados.

3 – Teoria e método dialógico-discursivo no âmbito da atividade

Em um ensaio originalmente intitulado “Os fundamentos filosóficos das ciências humanas” e posteriormente traduzido como “Metodologia das Ciências Humanas” (BAKHTIN, 2003, p. 393-410), Bakhtin desenvolveu reflexões acerca da pertinência de uma Teoria Dialógica voltada para os estudos da linguagem nas Ciências Humanas. As pesquisas empreendidas por estudiosos bakhtinianos, no Brasil, a partir da década de 90, conforme demonstraram Brait, Campos e Sampaio (2006), motivaram o aparecimento de uma análise/teoria dialógica do discurso (BRAIT, 2006, p. 9-10) “cujas influências e

consequências são visíveis nos estudos lingüísticos e literários e, também nas Ciências Humanas de maneira geral”.

O método dialógico-discursivo lança mão de abordagens de caráter subjetivo de levantamento, descrição e interpretação de dados, para explorar qualitativamente aspectos da subjetividade dos sujeitos falantes, os quais não podem ser obtidos por métodos convencionais de análise quantitativa. Trata-se de uma forma de conhecimento de natureza sócio-cultural de sujeitos históricos, através da linguagem, que é considerada uma forma de trabalho (SAMPAIO, 2006).

Para compreender a questão metodológica, é preciso situar, de início, como Bakhtin pensava as ciências humanas e seu objeto – de natureza diversa das ciências naturais e exatas. Estas buscavam a aplicação das “categorias do conhecimento material” (BAKHTIN, 2003, p. 395), pois só havia espaço para um sujeito: o cognoscente, cuja função era de observar e descrever seu objeto:

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma *coisa* e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a *coisa muda* (BAKHTIN, 2003, p. 400, grifo do autor).

Ressalta-se que a ideia de sujeito cognoscente - contemplador - foi bastante discutida por Bakhtin (2003) quando criticou o que ele denomina de estética expressiva, visão estética predominante no final do séc. XIX e início do séc. XX, para a qual o homem contemplava o objeto artístico sob o ponto de vista da vivência empática interior:

[...] O objeto da atividade estética – as obras de arte, os fenômenos da natureza e da vida – é a expressão de algum estado interior; sua apreensão estética é um vivenciamento empático desse estado interior [...] Quando experimentamos a empatia do nosso próprio estado interior com o objeto, de qualquer modo nós não o vivenciamos como imediatamente *nosso* mas como um estado de contemplação do objeto, ou seja, nós estamos em vivenciamento empático com ele (BAKHTIN, 2003, p. 56-57).

Para o autor (BAKHTIN, 2003), tal visão é insuficiente para se chegar ao elemento estético, tendo em vista que não explica o todo de uma obra. Ao contrário, fundamenta “seu princípio básico a partir da análise de elementos estéticos e de imagens isoladas, habitualmente naturais, da análise de imagens e não do conjunto da obra [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 60-61). O todo estético, na sua concepção, “não se co-vivencia, mas é criado de maneira ativa (tanto pelo autor quanto pelo contemplador; neste sentido admite-se dizer

que o espectador co-vivencia com a atividade criadora do autor)” (BAKHTIN, 2003, p. 61-62), isto é, o todo estético é alcançado na relação entre autor (eu) e contemplador (outro), de maneira análoga aos sentidos de um enunciado, sempre construído na interação entre falante e interlocutor, que disputam, em constante tensão, pontos de vista diversos (BAKHTIN, 1992).

É nesta arena de debates entre pontos de vista onde se produz conhecimentos nas ciências humanas. Daí a sua natureza diversa e pouco transparente, traços que são primordiais em suas abordagens, como esclarece Amorim (2003, p. 12): “é portanto trabalhando a opacidade dos discursos e dos textos, que a pesquisa contemporânea pode fazer da diversidade um elemento constituinte do pensamento e não um aspecto secundário”. Assim, na visão de Bakhtin (2003), as ciências humanas têm como objeto o homem (em toda a sua diversidade), que se expressa e que só pode ser estudado em relação ao outro:

Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico* (BAKHTIN, 2003, p. 400).

O princípio dialógico não perpassa apenas a constituição de sujeitos sociais, mas também a relação do texto com outros textos: “O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo” (BAKHTIN, 2003, p. 401). Tendo em vista que o texto é entrelaçado de estruturas simbólicas, sua interpretação precisa “entranhar-se na infinitude dos sentidos simbólicos, razão por que não pode vir a ser científica na acepção de índole científica das ciências exatas” (BAKHTIN, 2003, p. 399). Isto é, não se enquadra nos moldes da ciência positivista, porque a denominada interpretação artístico-filosófica leva em conta “um aprofundamento do sentido, com o auxílio de outros sentidos” (BAKHTIN, 2003, p. 399), que são reapreciados a cada novo contexto. O sentido é, pois, o responsável pela união das coisas com as palavras (BAKHTIN, 2003), por isso cabe destacar que, na teoria e no método dialógico-discursivo, não se aplicam conceitos pré-concebidos a um *corpus*. Ao contrário, é necessário “deixar que os discursos revelem sua

forma de produzir sentido, a partir de um ponto de vista dialógico, de um embate” (BRAIT, 2006, p.24).

A interpretação desses discursos, isto é, de enunciados concretos, só é possível se houver compreensão, que é de natureza ativa e já contém uma resposta: o ouvinte, quando entende o que o falante diz, toma uma posição diante do enunciado, concordando, discordando, completando-o etc. “Compreender é opor a palavra do locutor uma *contrapalavra*” (BAKHTIN, 1992, p.135), e é exatamente essa postura ativa do ouvinte que o falante espera, porque é dando uma resposta ao enunciado que o ouvinte vai trazer seu posicionamento diante do assunto, seus valores, sua ideologia, enriquecendo a enunciação com informações novas. Embora haja graus de ativismo na resposta do ouvinte, a compreensão é o primeiro passo para a preparação da resposta, que pode ser imediata, retardada, ou manifestar-se através de uma ação, a depender dos gêneros discursivos utilizados (BAKHTIN, 1992; 2003).

O sentido vivo, resultante do enunciado concreto, é atualizado através da expressão de sujeitos únicos e inesgotáveis, extrapolando-se os limites de tempo e de espaço entre os textos: “Não se pode mudar o aspecto efetivamente *material* do passado, no entanto o aspecto do sentido, o aspecto expressivo, falante pode ser modificado, porquanto é inacabável e não coincide consigo mesmo (é livre)” (BAKHTIN, 2003, p. 396). A constante ressignificação, pois, tem por base tanto o **pequeno tempo** – o passado recente, o presente e o futuro próximo – quanto o **grande tempo**, “o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre” (BAKHTIN, 2003, p.409).

Considerando a compreensão do sentido do enunciado concreto (vivo), Bakhtin (2003) propõe que, no movimento dialógico de interpretação, parta-se de determinado texto para relacioná-lo aos contextos passados (movimento retrospectivo), ao mesmo tempo em que se antecipa e constrói o futuro contexto (movimento prospectivo). Daí, o todo da compreensão pode ser esmiuçado em quatro atos:

- 1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial);
- 2) Seu *reconhecimento* (como conhecido ou desconhecido). A compreensão do seu *significado* reproduzível (geral) na língua;

- 3) A compreensão de seu *significado* em dado contexto (mais próximo e mais distante);
- 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e universalidade (BAKHTIN, 2003, p.398).

Bakhtin (2007) ressalta que a constituição do enunciado – a verdadeira unidade da comunicação verbal – não se restringe ao seu conteúdo, mas abrange também a sua forma, tendo em vista que, sem esta, o conteúdo e o sentido não se realizam. Assim, a forma do enunciado, conforme define Bakhtin (2007, p. 13), é composta por três elementos: “a entonação (o timbre expressivo da palavra), em seguida a escolha lexical e, finalmente, sua disposição no interior do enunciado como um todo”. Dentre os componentes da forma do enunciado, a entonação expressiva já é portadora de uma avaliação social, uma vez que é a forma mais óbvia de aparecimento do acento apreciativo na palavra, e os outros dois elementos dependem dela para significar (BAKHTIN, 1992; 2007).

Ainda para o autor (BAKHTIN, 2003), o enunciado possui tema, significação, gênero e estilo. Cabe ao gênero do discurso a característica de manter certa estabilidade à forma do enunciado; o estilo é associado ao que há de individual na produção do enunciado, capaz de modificar os gêneros ao longo do tempo (BAKHTIN, 2003). A significação, por sua vez, está atrelada à memória que toda palavra carrega (BAKHTIN, 1992), ou seja, a certa estabilidade que tem o poder de assegurar ao tema do enunciado completo uma ligação com aquilo que o precede e o que o sucede. A memória de uma palavra parece ser portadora de sua pluralidade de significações; quando atualizada em uma situação concreta de comunicação, aquela palavra se constituirá enquanto signo, recebendo, pois, um novo acento apreciativo:

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra (BAKHTIN, 1992, p.136).

Enquanto a significação está relacionada aos elementos abstratos da língua, a memória da palavra opera como um motor de ligação entre o passado e o presente, responsável por proporcionar uma multiplicidade de escolhas de sentidos para aquela

palavra, a depender do contexto de uso real. A memória da palavra, preta de historicidade (BAKHTIN, 1992), abre espaço para o acesso à memória do trabalho, no momento da entrevista narrativa: “Nas lembranças levamos em conta até os acontecimentos posteriores (no âmbito do passado), ou seja, percebemos e interpretamos o lembrado no contexto de um passado inacabado” (BAKHTIN, 2003, p.399). Daí a importância de se considerar “o papel da memória nessa eterna transfiguração do passado” (BAKHTIN, 2003, p.396), como uma ferramenta que pode auxiliar na compreensão dos sentidos não explícitos do trabalho.

Enfim, é preciso considerar que o desenvolvimento de uma teoria e de um método dialógico de análise discursiva, partindo das reflexões de Bakhtin e seu Círculo, englobam um conjunto de categorias, conceitos e noções que “especificam uma *postura dialógica* diante de um *corpus discursivo*, da metodologia e do pesquisador” (BRAIT, 2006, p.29, grifo do autor). Assim, no método dialógico-discursivo de análise de dados, buscam-se as particularidades discursivas que constituem as situações em que linguagem e atividades se penetram mutuamente e se interdefinem (BRAIT, 2006). Dessa maneira, a linguagem mostra-se como uma importante porta de entrada para o conhecimento do mundo do trabalho.

3 – Os métodos de autoconfrontação

Os métodos de autoconfrontação surgiram nos anos 1960 na Psicologia e no Direito e consistem em confrontar os indivíduos com eles mesmos, sendo o princípio da autorreflexão de extrema importância para o desenvolvimento global da situação de trabalho (CLOT; FAÏTA, 1997). Baseiam-se no legado de Vygotsky (1987), para o qual o pensamento se organiza e se realiza através da palavra, de forma que a fala sustenta esses métodos, entre os quais é possível destacar a autoconfrontação simples⁵ e as instruções do sócia.

Na análise da atividade, a autoconfrontação simples coloca o trabalhador em confronto com seu discurso e com suas ações: diante de sua própria imagem em situação de trabalho real, o sujeito descreve, comenta e reflete sobre sua própria atividade, estabelecendo um diálogo com o pesquisador e com outros colegas de trabalho. Ao utilizar

⁵ Há também a autoconfrontação cruzada, mas, neste artigo, será abordada apenas a autoconfrontação simples, por questões de espaço.

os métodos da autoconfrontação, o analista da atividade busca compreender o trabalho no seu entorno não-evidente, e apenas de forma indireta isso se torna possível (FAÏTA, 2011⁶). Conforme aponta Vieira (2004, p.215), parte-se do pressuposto de que “a resposta aos problemas do trabalho [...] reside na ‘pessoa’ do trabalhador”. Este é visto como parte indissociável do coletivo de trabalho e, assim, não é o único detentor de suas ações e decisões, sendo o seu discurso uma ferramenta privilegiada para enxergar as diversas vozes sociais que circulam no âmbito do trabalho.

Dessa forma, os métodos de autoconfrontação são ferramentas que possibilitam ao pesquisador, através do discurso dos trabalhadores, obter informações sobre a atividade que eles realizam e sobre os dilemas que nela surgem (FAÏTA, 2011). São métodos indiretos de coletas de dados, uma vez que os trabalhadores apresentam discursivamente os embates entre a prescrição e a realização de suas tarefas, de forma que o linguista é chamado a estabelecer as relações dialógicas entre os discursos dos trabalhadores e o discurso do outro, que pode ser seu colega de trabalho, o gestor da instituição, outros trabalhadores em outras instituições, outros trabalhadores ao longo tempo, enfim, seguindo o princípio dialógico no pequeno e no grande tempo (BAKHTIN, 2003), conforme já explicitado.

De acordo com Faïta (2011), na metodologia de análise do trabalho, outros métodos podem ser testados e utilizados, contanto que levem o trabalhador à reflexão e que não se perca de vista a complexidade do trabalho, como uma atividade sempre dinâmica. Nesse sentido, é relevante destacar as instruções do sócia, uma técnica desenvolvida na década de 1970, na Itália, com trabalhadores da Fiat, durante os seminários de formação operária na Universidade de Turim (VIEIRA, 2004). Naquele contexto, o pesquisador-analista colocava a seguinte proposição ao trabalhador: “Suponha que amanhã eu o substitua no seu trabalho. Quais são as instruções que você deverá me passar para que ninguém perceba a substituição?”.

As instruções do sócia consistem “em levar cada trabalhador a organizar as representações que ele faz para si de seu comportamento cotidiano no trabalho, de modo a torná-las transmissíveis e eventualmente utilizáveis por um sócia” (FAÏTA, 2005, p. 28). Vieira (2004, p. 222-223) esclarece que o “objetivo principal” das instruções do sócia “não é

⁶ As citações de Faïta com essa data remetem às suas observações no Ciclo de Palestras da Equipe ERGAPE, realizado na USP, em outubro de 2011, do qual participei como ouvinte.

recontar a história do trabalho, mas as maneiras (concretas, subjetivas, intersubjetivas) pelas quais cada um adapta o trabalho prescrito à realidade da atividade”.

Através dessa técnica, portanto, o trabalhador utiliza uma linguagem sobre o trabalho, isto é, ele estabelece uma relação dialógica com a ação que precisa descrever para o pesquisador-analista (o sócia). Trata-se, pois, de um diálogo com o pesquisador-analista o qual representa, em si, uma ação em curso, fato que é relevante para a escolha dos eventos que o trabalhador descreve e a ordem em que os distribui em sua fala.

Segundo Clot (2001), a narração dos trabalhadores deve se centrar em quatro eixos, a saber: relatos acerca da tarefa como tal; relatos acerca das relações entre os indivíduos no coletivo de trabalho; relatos sobre as relações hierárquicas; relatos sobre as organizações formais e informais do mundo do trabalho. No entanto, acredita-se que direcionar o trabalhador quanto aos temas que ele deve desenvolver pode desnaturalizar seu relato, obscurecendo o que ele mesmo considerou importante de ser dito sobre sua atividade. Nesse sentido, as entrevistas narrativas se mostram como uma alternativa interessante para superar as dificuldades de se falar sobre o trabalho, conforme será visto no item a seguir.

4 - A entrevista narrativa na análise do trabalho

As narrativas são textos que possuem a forma de história e, por isso, apresentam uma sequência de eventos que são selecionados, distribuídos e interpretados pelo narrador, com o intuito de fazer sentido junto ao ouvinte (RIESSMAN, 2008). A entrevista narrativa deve “fazer com que o entrevistado conte a história de interesse em questão como uma história consistente de todos os elementos relevantes [...]” (HERMANNNS, 1995, p. 183). Para isso, é feita uma questão gerativa narrativa (RIEMANN; SCHUETZE, 1987, p. 353) que possa desencadear a narrativa do entrevistado.

O impulso de contar histórias é próprio do ser humano (RIESSMAN, 2008), e cabe ao pesquisador ajudar a construir as narrativas dos entrevistados, com quem precisa estabelecer um diálogo, rompendo com a forma tradicional de entrevista, baseada no modelo de perguntas e respostas: “The model of a ‘facilitating’ interviewer who asks questions, and a vessel-like ‘respondent’ who gives answers, is replaced by two active

participants who jointly construct narrative and meaning" (RIESSMAN, 2008, p. 23). Uma das formas de estimular a narrativa dos entrevistados consiste na elaboração de perguntas abertas, que os incitem a fazer a ligação entre o passado e o presente. Cabe ao pesquisador ouvir atentamente os possíveis longos turnos dos entrevistados, tendo em vista que os detalhes são tão importantes para a análise das narrativas quanto os eventos que são privilégios de discurso, a ordem em que aparecem e como são organizados, de acordo com o interlocutor a que se destina, nesse caso, o pesquisador.

Na abordagem das narrativas, "trechos longos são preservados e analisados como unidades, ao invés de fragmentados em categorias temáticas, como é comum em outras formas de análise qualitativa" (RIESSMAN, 2008, p.12, tradução nossa). Sob tal perspectiva, abre-se espaço para a pluralidade de vozes, assim como para a expressão da subjetividade dos entrevistados, que se constroem e afirmam suas identidades enquanto narram, aproveitam o espaço para mostrar ao pesquisador "quem eles são e como eles querem ser conhecidos" (RIESSMAN, 2008, p.07).

Nesse sentido, Porto (2010) realizou dez entrevistas narrativas em três instituições geriátricas do Recife, a fim de analisar o trabalho dos cuidadores de idosos. A autora baseou a questão gerativa narrativa da entrevista nas instruções do sócia, simplificando a proposição para a seguinte questão: "Me fale sobre o seu trabalho como cuidador de idosos". Ao responder essa questão, no entanto, nem sempre os cuidadores satisfaziam o objetivo de descrever o seu cotidiano de trabalho, por isso, em seguida, foi-lhes questionado: "O que você faz no seu dia-a-dia de trabalho, da hora que você chega até a hora que você sai?".

Em seus longos relatos, os cuidadores de idosos deixaram entrever, através do discurso, as lacunas, a capacidade que têm de resolução dos dilemas na atividade real e, sobretudo, uma competência muito baseada na herança histórica de sua atividade, transmitida majoritariamente no dia-dia do trabalho, que funciona como um importante espaço para a circulação de saberes. Enfim, através da análise da atividade desses trabalhadores, via discurso, tornou-se possível reunir informações acerca desse coletivo de trabalho, uma vez "que esta história vulnerante e que ninguém atravessou incólume (Édipo) produz seus efeitos tardios nas formas particulares do uso de si no seio dos coletivos e das configurações de trabalho" (SCHWARTZ, 2000, p. 45).

5 - Considerações finais

Este artigo objetivou delinear epistemologicamente a Ergolinguística, disciplina nova no âmbito da Linguística e ainda pouco (re)conhecida. Para tanto, foi retomado o percurso histórico da Linguística Aplicada, através do qual se tornou possível visualizar, nessa disciplina, o surgimento do interesse pela relação entre linguagem e trabalho. Em seguida, procurou-se delinear de que maneira a Ergolinguística conquistou sua independência, utilizando teorias e métodos próprios, relacionados a partir da convergência entre a Linguística, a Ergonomia e a Ergologia. Finalmente, foi feita uma breve explanação acerca da utilização da entrevista narrativa como método de análise da atividade, a partir do estudo desenvolvido por Porto (2010).

Espera-se ter contribuído para o (re)conhecimento da Ergolinguística como disciplina da Linguística contemporânea, que não se interessa apenas pelo estudo da língua enquanto estrutura, mas pelo estudo da língua enquanto expressão de sujeitos socialmente situados, ou seja, pela língua enquanto forma de expressão no mundo. A análise do trabalho através da linguagem é de suma importância para se chegar à compreensão tanto da atividade quanto do sujeito que a protagoniza, tendo em vista que a abordagem da subjetividade no trabalho permite uma reflexão sobre sua dimensão coletiva.

Enfim, é importante salientar que, embora a Ergolinguística aborde a relação entre linguagem e trabalho a partir das teorias e métodos apresentados, isso não exclui o desenvolvimento de estudos sobre a temática em outras áreas da Linguística, ou de outras ciências humanas, como a Sociologia e a Ergonomia. Conforme visto, a discussão permite diversos enfoques (e a Ergolinguística deve dialogar com eles) que somente tendem a enriquecer a compreensão do trabalho, da linguagem e dos sujeitos.

Referências Bibliográficas

ALLEN, J. P. B.; CORDER, S. (eds.). 1973. *Readings for applied linguistics*. (The Edinburgh Course in Applied Linguistics). Oxford: O.U.P.

BAKHTIN, M. 1992. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 2003. *Estética da criação verbal*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2007. Estrutura do Enunciado. *Revista Literatunja Ucëba*. vol. 3, 1930, pp. 65-87. Tradução de Ana Vaz, para fins didáticos.

BRAIT, B. 2006. Análise e Teoria do Discurso. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.

BRAIT, B.; CAMPOS, M. I. B.; SAMPAIO, M. C. H. 2006. El discurso oral y escrito en Brasil: perspectiva actual. *Orália*. Almeria: Espanha, v. 9, p. 33-44.

CLOT, Y. 2001. Méthodologie em Clinique de l'activité. L'exemple du sosie. In: SANTIAGO, M. (ed.). *Les méthodes qualitatives en Psychologie*. Paris: Dunod Mimeo.

CLOT, Y. FAÏTA, D. 1997. *Le travail, activité dirigée - contribution à une analyse psychologique de l'action*. Habilitation à diriger des recherches. Université de Paris VIII: mimeo.

DANIELLOU, F.; GARRIGOU, A. 1995. L'ergonome, l'activité et la parole des traivailleurs. In: BOUTET, J. 1995. *Paroles au travail*. Paris: L'Harmattan.

DECORTIS, F.; PAVARD, B. 1998. Comunicação e cooperação: da teoria de atos de fala à abordagem etnometodológica. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (orgs.). *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 51- 81.

DUARTE, F.; FEITOSA, V. (orgs.). *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 37-50.

FAÏTA, D. 2002. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÏTA, D. (orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Trad. Ines Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

_____. 2005. *Análise Dialógica da Atividade Profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta Express.

_____. 2011. *O trabalho de ensinar*. In: Ciclo de Palestras da Equipe ERGAPE. São Paulo: USP.

FERREIRA, L. L. 1998. Análise coletiva do trabalho: com a palavra, os trabalhadores. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (orgs.). *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 82-91.

FRANÇA, M. 2004. No princípio dialógico da linguagem, o reencontro do *Homo loquens* com o ser humano industrioso. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J. et al (orgs.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A.

FRANÇA, M. B.; DI FANTI, M. G. C.; VIEIRA, M. A. M. 2005. Análise dialógica da atividade profissional: contribuições teórico-metodológicas para os estudos sobre linguagem/trabalho. In: FAÏTA, D. 2005. *Análise Dialógica da Atividade Profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta.

HERMANNNS, H. 1995. Narratives Interviews. In: FLICK, U. et al. (orgs.). *Handbuch Qualitativ Sozialforschung*. 2a ed. Munique: Psychologie Verlags Union, pp.182-5.

KLEIMAN, A. 1995. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras.

LACOSTE, M. 1998. Fala, atividade, situação. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (orgs.). *Linguagem e trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna.

LANGA, M. 1998. Análise ergonômica do trabalho de chefia. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (orgs.). *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna.

MOITA LOPES, L. P. 2009. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. M.; ROCA, M. P. (orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto.

PORTO, L. M. de F. 2010. *Análise dialógico-discursiva da atividade dos cuidadores de idosos em instituições geriátricas do Recife*. Dissertação (Mestrado). CAC, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.

RIEMANN, G.; SCHUTZE, F. 1987. Trajectory as a Basic Theoretical Concept for Analyzing Suffering and Disorderly Social Processes. In: MAINES, D. (org.), *Social Organization and Social Process: Essays in Honor of Anselm Strauss*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter. p. 333-57.

RIESSMAN. C.K. 2008. *Narrative Methods for the Human Sciences*. Califórnia: Sage Publications.

SAMPAIO, M.C.H. 2006. *O método dialógico-discursivo: aplicações em estudos da memória-trabalho*. Trabalho completo. Anais do Simpósio Internacional – Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social, Recife, 2006a . Em Cd-Rom.

_____. 2009. A propósito de Para uma filosofia do ato (Bakhtin) e a pesquisa científica nas Ciências Humanas. *Revista Bakhtiniana*. v.1, n.1, p. 42-56. Disponível em: <http://www.liguagemememoria.com.br>.

SCHWARTZ, Y. 1997. Travail et ergologie. In: *Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique*. Paris: PUF, p. 1-37.

_____. 1999. La communauté scientifique élargie et le regime de production des savoirs. In: *Les Territoires du Travail*, n. 3, p. 79-89.

_____. 2000. Trabalho e uso de si. In: *Pró-Posições*. Tradução de Maria Lúcia da Rocha Leão, revisão técnica de Maria Inês Rosa. Vol. 11, n. 2, p. 34-50. Campinas, UNICAMP.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. 2007. *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF.

SOUZA, A. G. 2010. *Software: esboço de um estudo para as ciências da linguagem*. Dissertação (Mestrado). CAC, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.

SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÏTA, D. (orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Trad. Ines Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. 2004. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M; BRITO, J. et al (orgs.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A.

VIEIRA, M. A. 2004. Autoconfrontação e análise da atividade. In: FIGUEIREDO, M. et al. *Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 215-237.

VYGOTSKY, V. N. 1987 (1934). *Pensamento e Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

¹ **Ludmila PORTO, Doutoranda**
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Programa de Pós-Graduação em Letras
ludmila_porto@yahoo.com.br